



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 225

BANDEIRANTES MODERNOS NA AMAZÔNIA: A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO

Fábio Carlos da Silva

Belém, Dezembro de 2008

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 225

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

BANDEIRANTES MODERNOS NA AMAZÔNIA
A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO

Fábio Carlos da Silva¹

Resumo:

Principais aspectos da expansão do capitalismo para Amazônia oriental brasileira, particularmente a partir do governo JK, na década de 1950, tomando-se como estudo de caso a história econômica da primeira frente pioneira da Amazônia. Os fatos históricos que gravitam em torno da história do atual município de Redenção, no sul do Pará, revelam como alguns empreendedores de São Paulo, “os bandeirantes do século XX”, se apropriaram das melhores terras da Região do Araguaia paraense e desencadearam um processo de reocupação do território local, com a transformação da terra em mercadoria, a expulsão de índios e camponeses, a instalação da pecuária capitalista moderna e o surgimento da cidade mais desenvolvida da Região.

Palavras-chave: Frentes pioneiras. Concentração fundiária. Terras devolutas.

¹ Professor Adjunto do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Introdução

Este artigo procura mostrar como o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, após a década de 1960, se expande geoeconomicamente, alcançando uma das áreas da Amazônia Oriental brasileira, isto é, o espaço territorial correspondente ao município de Redenção, atualmente o mais desenvolvido da região sul do Pará, cujo território viria a se constituir na primeira frente pioneira da Amazônia.

A categoria frente pioneira utilizada nesse estudo refere-se aos espaços da fronteira econômica onde a economia camponesa, caracterizada por relações não capitalistas de produção, é substituída pela economia urbano-industrial, onde passam a prevalecer as relações tipicamente capitalistas na vida econômica local, com a transformação do trabalho e da terra em mercadorias.

Nas regiões de fronteira, portanto, a frente pioneira se caracteriza não só como limite do capitalismo no campo, mas também como limite que se expressa no fechamento da fronteira, isto é, no esgotamento de terras devolutas para aproveitamento agrícola ou extrativo por empreendimentos não capitalistas, ocorrendo, assim, a substituição das formas tradicionais de organização da produção, pelo modo dominante que anteriormente as subordinava de forma indireta.

Vejam os a seguir, em linhas gerais, como esse processo ocorreu na Amazônia oriental brasileira, mais especificamente, como os bandeirantes modernos, na segunda metade do século XX, se apropriaram de imenso território na região do Araguaia paraense e provocaram mudanças relevantes na vida econômica e social do lugar.

A Construção da Belém-Brasília e as Origens da Frente Pioneira

Após a Revolução de 1930, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, as classes médias e a burguesia industrial brasileira nascente, passam a deter a hegemonia no processo de tomada de decisões políticas do governo brasileiro.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, as classes dominantes engendram a política de substituição de importações que vai internalizar, a partir de meados de 1950, no próprio território nacional, e mais especificamente em São Paulo – na região do A.B.C. -, a força motriz da industrialização nacional (a indústria montadora automobilística monopolista internacional). Teria continuidade o processo de acumulação do capital industrial e financeiro internacional, só que a partir de então, ele seria acionado no próprio centro dinâmico da formação social periférica brasileira.

A necessidade de mercados potenciais para os produtos que passam a ser fabricados internamente, principalmente no centro-sul do país, e a forma adotada para a circulação e comercialização das mercadorias produzidas, com a produção central alicerçada em veículos automotores, fizeram com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infra-estrutura de transportes.

Abandona-se ou diminui-se relevantemente, a ampliação da malha ferroviária e, conseqüentemente, passa-se a investir na construção de estradas de rodagem.

Além disso, “a política de substituição de importações que durante a década de 50 apoiou uma industrialização massiva, marginalizou do processo produtivo da agricultura brasileira, particularmente

a do centro-sul e nordeste, uma massa considerável de pessoas a qual passou a constituir no seu processo migratório as frentes de expansão (iniciada, evidentemente, desde o começo do século) na fronteira agrícola” (CARVALHO, 1979: 92).

Na segunda metade da década de 1950, instala-se em São Paulo a empresa montadora de automotores, o que representa o início do capitalismo industrial monopolista internacional no Brasil. “A interiorização da Capital Federal, a irradiação a partir de Brasília, de uma rede rodoviária e a montagem de uma indústria automobilística constituía-se um plano coerente, capaz aos olhos do poder, de re-dinamizar a economia brasileira a favor da burguesia, em consonância com os interesses do capital internacional” (HÉBETTE, 1979: 163-64).

A construção da rodovia Belém-Brasília, foi, portanto, um instrumento que propiciou a abertura de novos mercados para o capital industrial, não só com a venda de produtos em mercados potenciais, mas também de equipamentos, tratores, veículos, cimento, ferro, asfalto, serras e demais mercadorias consumidas na construção da estrada.

A chegada dos bandeirantes modernos na Amazônia

Com a instalação da indústria montadora automobilística em São Paulo, por volta de 1957, o empresário paulista, João Lanari do Val, juntamente com seus irmãos e parentes próximos, passou a atuar no ramo da indústria de autopeças, fabricando rolamentos, “cardins”, “cruzetas”, etc. Mas era também proprietário de uma fazenda com área de 48mil hectares, localizada no município de Jussara, margem direita do rio Araguaia, estado de Goiás.

Um dos empregados da fazenda goiana, tendo notícias da qualidade e fertilidade das terras dos campos do Pau d’Arco, na região do Araguaia paraense, acabou por influenciar o industrial paulista a visitar as terras e matas da região do Araguaia paraense. “Nós precisa é ir arranjar terra no Pará. Terra no Pará é que é bom. Essas terra aqui são muito ruim, muito fraca”.¹

Nesta época, a rodovia Belém-Brasília ainda estava sendo construída (as obras haviam sido iniciadas em 1956) e não era ainda transitável. No mês de setembro de 1959, o industrial paulista viajou de São Paulo para Conceição do Araguaia por via aérea e dois de seus empregados, saindo da fazenda em Jussara-Goiás, fizeram a viagem para Conceição por via terrestre.² Em Conceição do Araguaia, com o auxílio do prefeito local, a comitiva providenciou a formação da tropa que os conduziu até a mata geral do Xingu, contígua à região dos campos dos rios Pau Darco e Arraias, no sul do Pará.

Ao regressarem para Conceição do Araguaia, teria início o processo de formação da Fazenda Santa Tereza. O empresário de São Paulo daria entrada junto à Coletoria Estadual, de 80 requerimentos de compra das terras devolutas do Estado do Pará.

As terras então, que outrora eram terras dos criadores do Pau d’Arco, que estes haviam herdado de seus pais e de seus avôs, começam a ser ameaçadas pela chegada do capital, pois a maioria das glebas requisitadas ficava nas regiões de mata contíguas aos serrados por eles ocupados. Além

disso, a área indígena local seria cercada, bem como grande parte das melhores terras do município seria titulada. Porém, as transformações mais profundas e visíveis ainda estavam por vir.

Na verdade, muito mais do que a formação da fazenda Santa Tereza, o que estava em andamento era o início da transformação da fronteira camponesa pastoril de subsistência, parcialmente mercantil, em fronteira capitalista. A terra ia ser titulada, e com ela as relações de produção do lugar sofreriam alterações significativas. Era a propriedade privada capitalista que pela primeira vez chegava aos campos do Pau d' Arco na região onde futuramente surgiria a frente pioneira de Redenção (Figura 1).

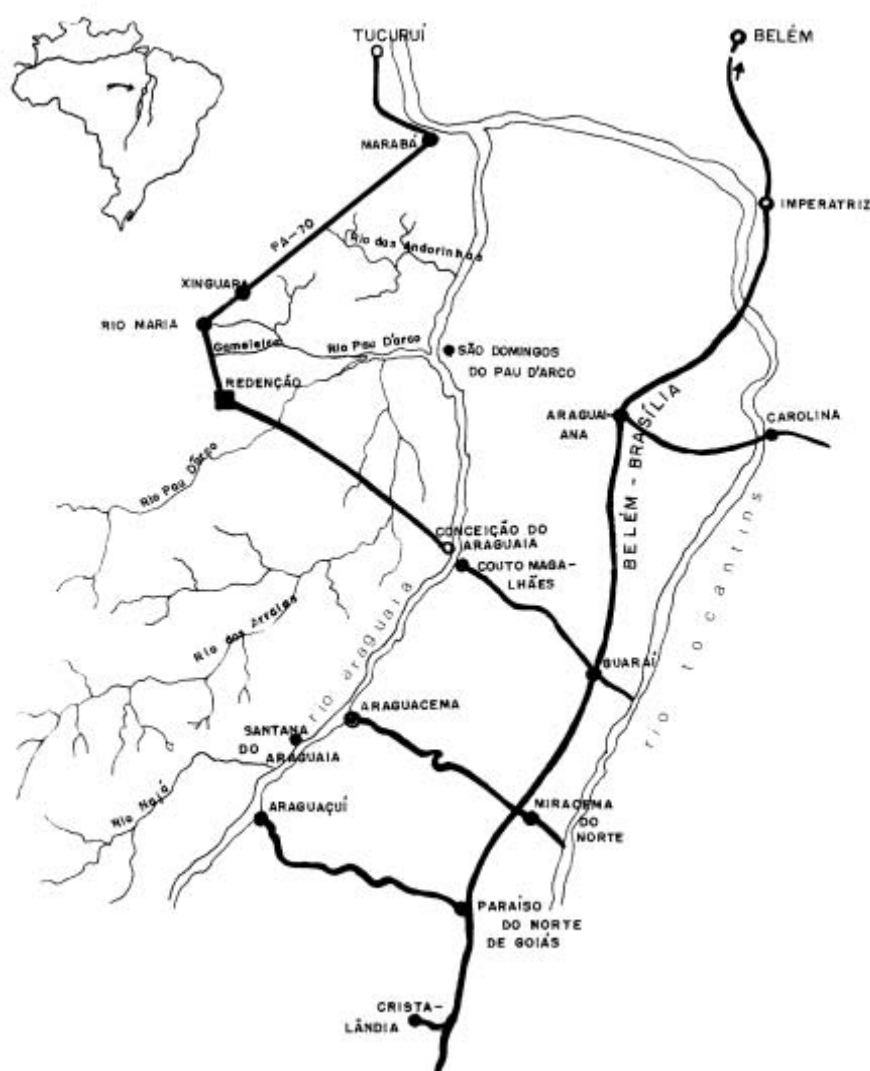


Figura 1
Mapa da área pesquisada

A privatização da floresta no sul do Pará

A origem da privatização da maior parte da floresta pública paraense na área contígua aos campos naturais dos municípios de Conceição e Santana do Araguaia, no sul do Pará, tem início, portanto no ano de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, com a construção da rodovia Belém Brasília.

A especulação imobiliária que atinge a Região do Araguaia paraense na segunda metade da década de 1950 e a conseqüente titulação de latifúndios florestais na Amazônia sul oriental brasileira nos anos 1960, explica-se pela necessidade de expansão da fronteira agrícola do pólo dominante da economia brasileira em direção à Amazônia, que tinha necessidade de incorporar novas terras agriculturáveis, principalmente para a cultura do café, em função da queda de produtividade das terras no oeste paulista e no norte paranaense.

As famílias descendentes dos criadores de gado e os camponeses que habitavam os campos naturais do sul do Pará, desde o final do século XIX, por não possuírem títulos de propriedade das terras em que viviam, apesar da relativa ameaça decorrente da chegada do capitalismo nessa região da Amazônia, ainda manteriam suas posses por alguns anos. Isso porque no início desse movimento, as corporações imobiliárias, agências e corretores, estavam, na verdade, mais interessados na apropriação, especulação e comercialização das regiões cobertas pela floresta tropical, porque nelas é que se encontravam os solos agricultáveis.

Isso acontecia porque na maioria das terras das regiões de fazendas de café e algodão no centro-sul, em função da tecnologia utilizada na época, não era mais economicamente viável o plantio dessas culturas de exportação, encontrando-se aí, a explicação do papel atribuído a essas novas e enormes áreas incorporadas continuamente por empresas imobiliárias. Elas representavam, em última análise, a constituição de reservas utilizadas para o preenchimento dos claros que dia a dia se abriam na economia agrária brasileira pela prática de espoliativas técnicas produtivas nas regiões de ocupação mais antigas.

Carlos Moreira Neto, antropólogo paulista que em 1957 estava realizando pesquisas na região do Pau D'Arco, pouco antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, assim destacou esse fato:

Certamente não será por acaso que as companhias imobiliárias que operam nos sertões de Mato Grosso, de Goiás e do Pará estejam de modo geral vinculadas a grupos financeiros paulistas, paranaenses e mato-grossenses, ligadas, em resumo, a regiões de fazendas cafeeiras e cotonicultoras decadentes e cansadas. À medida que esses terrenos esgotados vão sendo transformados em pastagens, os poucos produtos que constituem a nossa agricultura de exportação deslocam-se para novas glebas. (MOREIRA NETO, 1960, p.89)

Ele também observou que essas terras que estavam sendo objeto de privatização pelos corretores de imóveis de São Paulo, eram destinadas ao desenvolvimento de grandes propriedades

agrícolas e a pecuária não ocuparia as melhores terras no início da formação das fazendas e sim aquelas faixas de solo menos férteis, entre a floresta e o campo.³

Especuladores e cafeicultores paulistas na Amazônia

A reconstituição das origens e principais acontecimentos que viabilizaram a concessão de incentivos fiscais para os primeiros projetos agropecuários na Amazônia, nos anos 1966-68, revela os mecanismos que viabilizaram, na prática, o processo de transferência das terras públicas paraenses para empresários de São Paulo que estabeleceram empreendimentos agropecuários na Amazônia.

Os três primeiros projetos a serem aprovados localizavam-se nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia e pertenciam a dois fazendeiros e um corretor de imóveis de São Paulo, respectivamente, João Lanari do Val, Nicolau Lunardelli e Carlos Ribeiro, o maior corretor de imóveis do sul do Pará. João Lanari e Lunardelli adquiriram quase um milhão de hectares da floresta amazônica no Sul do Pará no início dos anos 1960. Vejamos a seguir, em linhas gerais, como isso se realizou.

Descendentes de famílias de migrantes italianos que se estabeleceram na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, ambos tinham o sangue do café nas veias, por terem sido formados sob a égide da economia cafeeira paulista, exatamente no período em que a mesma foi a principal atividade econômica do Brasil e as famílias do oeste paulista assumiram a liderança do poder político nacional.

João Lanari do Val estudou agronomia em Piracicaba na década de 1930, na melhor escola do gênero no Brasil, onde fez vários amigos que tiveram projeção no cenário econômico e político nacional. Oriundo de família que se dedicava à agricultura em Ribeirão Preto, esse bandeirante moderno já havia passado por Cornélio Procópio, no norte do Paraná, onde teve uma fazenda de café, quando a fronteira econômica agrícola brasileira se deslocou para aquela região na época em que se formou agrônomo.

O avanço da industrialização brasileira, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 1940 e a implantação da indústria automobilística na região do ABC, na década de 1950, fez com que o mesmo se transferisse para a capital paulista, onde fundou juntamente com João Pacheco Chaves uma empresa metalúrgica que fabricava auto-peças, depois vendida a um grupo japonês. Nessa mesma época adquiriu 48 mil hectares de terras em Goiás e implantou a Fazenda Colônia Paulista, no município de Jussara, às margens do alto Araguaia.⁴

Em 1959, percebendo a oportunidade de investir na Amazônia, a partir de informações sobre a qualidade das terras fornecidas por um de seus empregados da fazenda goiana, que conhecia a região, foi o primeiro empresário de São Paulo a penetrar na floresta e transferir para a mesma o sonho paulista de reprodução da fazenda de café, símbolo do poder econômico republicano até 1930. João Lanari do Val, em entrevista concedida para o jornal da Associação dos Empresários da Amazônia em

seu escritório em São Paulo no ano 1977, relembra como foi o início desse processo e a esperança de plantar café na Amazônia:

Quando fui para o Araguaia em 1961, fiz a primeira experiência. Mas escolhi terras inapropriadas e logo abandonei o projeto. Com o tempo, fui conhecendo melhor a região e descobri, na área da Companhia de Terras da Mata Geral, uma mancha de terra roxa de 35 mil hectares, fora outras menores e dispersas. Meu sangue de cafeicultor vibrou. Nessa mancha é possível ter de 20 a 35 milhões de pés, que poderão ser plantados se outros forem para lá. (Amazônia, 1977b, p.16)

Em 1962, após ter conseguido adquirir quase 20% da área territorial do município de Conceição do Araguaia – 350 mil hectares – estruturou a formação de uma empresa que agregaria todos os 80 lotes alienados em uma única propriedade, a Companhia de Terras da Mata Geral, maior latifúndio paraense de capital exclusivamente brasileiro (Tabela 1).

Tabela 1: Maiores Imóveis rurais do Estado do Pará, segundo a denominação do proprietário e a composição do capital social

Denominação ou Razão Social	Área Total (ha)	Composição do Capital	
		Nacional %	Estrangeiro %
Jarí Florestal S.A.	520.370	5.16	94.84
Banco Denasa de Inv. S.A.	284.875	77.0	23.00
Cia. de Terras da Mata Geral	201.528	100.00	-
Cia. Agropastoril Rio Dourado	169.884	100.00	-
Nicobran Ltda. (Nicolau Lunardelli)	143.847	100.00	-
Cia. Vale do Rio Cristalino	139.392	S/inf	S/inf.

Fonte: INCRA, 1979b

Para concretizar o projeto de investimento na agropecuária da região, reservou parte das melhores terras compradas do governo paraense para formação de uma fazenda: a Santa Tereza, cuja sede passou a ser a sede operacional da Companhia de Terras da Mata Geral.

Os recursos financeiros para a formação da Fazenda Santa Tereza, nome de fantasia da primeira empresa agropecuária da Amazônia no Sul do Pará, foram obtidos, inicialmente, pela venda de boa parte das terras e madeiras nobres da floresta recém adquirida (Relatório de Atividades da Companhia de Terras da Mata Geral, 1983). A partir de 1967 a Cia de Terras da Mata Geral foi beneficiada com recursos dos incentivos fiscais através da aprovação de cinco projetos agropecuários referentes a cinco outras empresas por ela controladas: Agropecuária Nazaré; Agropecuária Palmital; Agropecuária Pau Darco ; Agropastoril Conceição do Araguaia S/A e Agropastoril Sul do Pará S/A.

Essas empresas foram projetadas por João Lanari para criação de gado bovino e juntamente com a Codespar, de Nicolau Lunardelli e a Fazenda Santa Ernestina, de Carlos Ribeiro, representaram o início do processo de desflorestamento dessa região da Amazônia oriental brasileira. Vejamos a seguir os mecanismos utilizados para concretização dos negócios da companhia junto aos governos federal e do Estado do Pará.

Para ter sucesso em seu projeto, João Lanari, inicialmente, difundiu em São Paulo a oportunidade de investimento em terras amazônicas, já que ele havia se tornado proprietário do maior latifúndio paraense controlado por brasileiros e, para se capitalizar visando tornar parte de seu patrimônio produtivo, montou a empresa de terras com objetivo de comercializar pelo menos metade da floresta adquirida para fazendeiros paulistas. A estratégia incluiu mobilizar também agrimensores e corretores de imóveis experientes em negócios fundiários das regiões onde tinha atuado anteriormente.

Em Jussara nos anos 50, por ocasião da compra e regularização da Fazenda Colônia Paulista, se tornou amigo do agrimensor Luiz Vargas Dumont, que tinha larga experiência nos negócios de compra e venda de terras devolutas. Luiz Vargas, que em 1969 tomou a iniciativa de fundar a cidade de Redenção, hoje a mais próspera do Sul do Pará, foi então convidado por Lanari do Val para ser seu gerente na fazenda que iria abrir na Amazônia.

O maior corretor de terras do sul do Pará

Outro ator importante mobilizado por João Lanari do Val foi Carlos Ribeiro, também de naturalidade paulista, e que já estava atuando no comércio das terras do Sul do Pará desde 1958. Ele foi o corretor que mais negociou a venda de terras da Amazônia oriental para fazendeiros paulistas nas décadas de 1960 e 70.

Antes de vir para a Amazônia, Carlos Ribeiro trabalhava como garçom em Londrina, em um dos restaurantes mais freqüentados pela elite local na época áurea do café no norte do Paraná. De temperamento alegre e extrovertido, fez muitas amizades com grandes cafeicultores de São Paulo, dentre eles João Lanari do Val e Geremia Lunardelli, o rei do café.

Essas amizades muito lhes seriam úteis quando resolveu deixar de ser garçom e iniciar o negócio de compra e venda de terras, principalmente de fazendas. Percebendo a oportunidade que as terras do sul do Pará ofereciam para a expansão da fronteira econômica brasileira, já tendo amealhado

algum capital com a compra e venda de terras devolutas no Mato Grosso e Goiás, que inclusive lhe permitiram comprar um avião cessna, passou a atuar no sul do Pará no final da década de 1950.

Foi Carlos Ribeiro quem praticamente intermediou e promoveu o loteamento e a venda de quase todo o sul do Pará e um dos mais ativos no processo de transferência das terras devolutas estaduais para fazendeiros do centro-sul, principalmente de São Paulo. “Ele vendeu a metade das fazendas desse sul do Pará: Volkswagen, Lunardelli, Dalvo Rodrigues da Cunha e muitas outras. Ele era o se chama de grileiro. Ele fazia os requerimentos, requeria aquele tanto de terra e ia vendendo para os fazendeiros. E aí foi abrindo fazenda. O João Lanari ficou com muito lote dessas glebas grandes.”⁵

Tendo chegado ao Sul do Pará antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1958, Carlos Ribeiro foi dos primeiros corretores a estabelecer relações com a elite política paraense e com os fazendeiros e comerciantes de Conceição do Araguaia.

*O Carlos Ribeiro era um corretor de terras. Ele tirava o título lá em Belém com o Aurélio do Carmo - governador - e com o título ele pegava o pessoal de São Paulo e falava: Olha a terra é aqui. Olha o título aqui. E ajustava com o agrimensor para fazer a medição.*⁶

Em 1960, logo depois da abertura de um campo de pouso e decolagem para aviões de pequeno porte nas bordas da mata geral do Xingu, que serviu para apoiar a formação da Cia de Terras da Mata Geral, Carlos Ribeiro, que além de corretor de terras já era piloto amador, passou a aterrissar com frequência onde seria construída, dez anos depois, a principal avenida de Redenção, atualmente a cidade mais próspera da região.

Suas viagens estavam ligadas a interesses em negociar as terras públicas para fazendeiros paulistas, intermediando e facilitando a emissão dos títulos definitivos pela Secretaria de Terras do Pará, cujo responsável pelos trabalhos nessa área era um advogado de Goiânia, Leopoldo dos Santos, muito conhecido pelos criadores, comerciantes e políticos de Conceição do Araguaia, que acreditavam ser ele o representante legal do governo do Pará para assuntos fundiários no sul do Pará.

*Carlos Ribeiro se associou com João Lanari e começou a fazer o trabalho de papel, de documento. As fazendas Guarantã, Sangapoitã, Belcom, essas fazendas aí tudinho daqui de Redenção até a divisa com a terra dos índios, tudinho passou pelas mãos do Carlos Ribeiro, tudo foram lotes da Santa Tereza. Tudo aí foi demarcado por eles. Aí eles foram vendendo, vendendo, vendendo e foi entrando povo. Mas a primeira mesmo a ser aberta aqui foi a Santa Tereza. Santa Tereza, Ponta de Pau, Codespar e Grão Pará.*⁷

Assim, após quase dez anos intermediando a venda das terras públicas no Sul do Pará para empresários e fazendeiros de São Paulo, Carlos Ribeiro, além de ter adquirido avião a jato também tornou-se o proprietário da Fazenda Santa Ernestina S/A, a terceira empresa rural a ter benefícios fiscais aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia no Pará (SUDAM, 1975). E, apesar de ter recebido 3,7 milhões de cruzeiros, no último trimestre de 1969, provenientes dos

incentivos fiscais, o projeto sempre foi deficitário, não cumprindo as obrigações pactuadas com a Sudam, inclusive foi objeto de denuncia, em setembro de 1969, por não cumprir contrato com os trabalhadores que arregimentou em Goiás para abertura da fazenda.⁸

Nessa mesma época, Luiz Vargas Dumont deu início à formação do povoado de Redenção nas terras onde se situava o campo de pouso utilizado para apoiar a abertura das primeiras fazendas na região. Três anos depois, em 1972, Carlos Ribeiro tornou-se sócio de Luiz Vargas nesse empreendimento. Foi ele quem, na verdade, viabilizou financeiramente a abertura da cidade, tendo, inclusive, utilizado as máquinas e equipamentos da Fazenda Santa Ernestina, comprados com o dinheiro da Sudam, para abrir as primeiras ruas e avenidas de Redenção.⁹

Foi também Carlos Ribeiro que, em janeiro de 1963, na mesma época em que a Companhia de Terras da Mata Geral foi oficialmente constituída, intermediou a venda de milhares de hectares no sul do Pará para Nicolau Lunardelli, filho do “rei do café” Geremia Lunardelli, até então o maior produtor de café do Brasil.

Nicolau Lunardelli, também da região de Ribeirão Preto, a convite de João Lanari e com a insistência de Carlos Ribeiro, embarcou em São Paulo em 1963 no avião Cessna pertencente ao corretor para conhecer a região amazônica. Depois de sobrevoar a área aterrissou no campo de pouso da Fazenda Santa Tereza decidido a não investir nas terras paraenses e voltar no dia seguinte para São Paulo. Um acidente no avião na hora da decolagem, contudo, forçou o fazendeiro paulista a permanecer alguns dias na fazenda, fato que o fez mudar de opinião sobre a riqueza e perspectivas promissoras de se investir na Amazônia. Assim, comprou de Carlos Ribeiro inicialmente 180 mil alqueires paulistas da floresta na região de Redenção, hoje localizadas no município paraense de Santa Maria das Barreiras, e também transferiu para a Amazônia o sonho de transformar a floresta em elegantes fileiras de pés de café nas diversas fazendas que constituiu no sul do Pará.

É interessante frisar que, apesar de a pecuária ter sido a atividade que predominaria na ocupação da Amazônia pelos bandeirantes do século XX, a grande paixão desses fazendeiros pioneiros era a agricultura, particularmente o café. Passemos a palavra ao próprio Nicolau Lunardelli, que, em matéria publicada pela Revista da Associação dos Empresários da Amazônia na década de 1970, assim se referiu quando comprou as terras no Pará:

O negócio foi tão rápido que de repente vi-me proprietário de 180 mil alqueires de mata virgem. Sabia que tinha feito uma boa aplicação de dinheiro, mas não tinha a menor idéia do que fazer com toda aquela floresta. Minha família tradicionalmente viveu e fez agricultura. Além disso, acho que a família sempre teve a vocação para desbravar sertões. Primeiro levamos a agricultura pela linha São Paulo-Goiás, quando meu pai (Geremia Lunardelli) , em 1917, chegou com café até Olímpia. Em 1920, papai entrou com o café pela zona araraquarense, em 1926 pela noroeste, em 1928 na Alta Sorocabana. Comecei a desbravar sertões ao lado de meu pai em 1939, quando em plena época de guerra levamos o café até o Paraná, chegando em 1942, até Dourados, no sul de Mato Grosso. Finalmente, em 1948, levamos café até o Paraguai – orgulho-me de termos sido os primeiros a plantar café naquela área. Meu pai morreu em 1964, e talvez a voz do sangue nos tenha induzido a desbravar o norte do país (Amazônia, 1977a, p. 27).

Carlo Ribeiro, mesmo tendo adquirido fazendas e sendo sócio de Luiz Vargas nos negócios referentes ao loteamento da cidade de Redenção, nunca deixou de morar em São Paulo, nem abandonou sua principal fonte de lucros, a corretagem de imóveis rurais. Sua vida teria um final trágico em 1976, quando ele, depois de mostrar terras do Sul do Pará para empresários da Volkswagen que tinham interesse em formar fazenda em Santana do Araguaia, voou para Belém com os empresários para regularizar e concretizar o negócio. Após esse trabalho na capital paraense, levantou vôo do aeroporto de Belém com destino à São Paulo, mas, pouco depois da decolagem, seu avião caiu na bacia do rio Capim, provocando seu trágico falecimento.¹⁰

A articulação das elites paulistas com o governo do Pará nos negócios fundiários

João Lanari do Val, cuja família era de cafeicultores tradicionais de Ribeirão Preto, formou-se agrônomo em 1937, pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba. Durante o curso de agronomia teve como colega de turma João Pacheco Chaves, também de família tradicional de cafeicultores de Piracicaba. Além da amizade sólida que forjaram quando estudantes, as duas famílias tornaram-se também aparentadas, com o casamento de uma irmã de Pacheco Chaves com um dos irmãos de João Lanari do Val.¹¹

Quando João Lanari do Val visitou o Pará em 1959 para formar a fazenda Santa Tereza, João Pacheco Chaves já era político destacado no cenário nacional, tendo sido, inicialmente, eleito deputado estadual em São Paulo por duas legislaturas e deputado federal, quando a capital do país ainda era no Rio de Janeiro. Como parlamentar vinculado ao Partido Social Democrático, tornou-se o melhor amigo de Ulysses Guimarães, líder do PSD paulista na ocasião, cujo reduto eleitoral inicial era a região de Rio Claro, sua terra natal.

Essa amizade em cadeia, portanto, vai ser fundamental para viabilizar a transferência das terras devolutas da mata geral do Xingu para João Lanari do Val. João Pacheco Chaves, cunhado de João Lanari e Ulysses Guimarães, serão personagens fundamentais nesse processo. O primeiro será o presidente da Cia de Terras da Mata Geral, empresa formada a partir da concentração das glebas alienadas junto ao governo paraense. Juntamente com sua mulher e parentes foi também um dos 86 requerentes da compra das terras (Anexo 1).

Ulysses Guimarães, além dos contatos que certamente deve ter feito junto ao governo paraense para facilitar e agilizar a expedição dos títulos definitivos, também foi um dos requerentes que foi agraciado com o título definitivo 57, do lote 31, expedido em 05 de abril de 1962. Sua esposa, Ida Guimarães, obteve o lote 32 e João Pacheco Chaves o lote 13, ambos expedidos pelo governo do Pará no dia 04 de abril de 1962. (FERNANDES, 1999, p.167).

Os demais títulos foram expedidos em nome de parentes e amigos das duas famílias, inclusive no dos empregados de João Lanari do Val da fazenda em Jussara que participaram da expedição exploratória pioneira na mata geral: Ademar Guimarães e José Bueno Cintra (Anexo1). Chama a

atenção o fato de terem sido também agraciados com títulos de terra 19 menores de idade, filhos de João Lanari, seus parentes e amigos.¹²

Desta maneira estava formado, ou melhor, estava titulado, o território que chegou a se constituir nas décadas de 1960/70 no maior latifúndio nacional do estado do Pará. Ademar Guimarães, à época cozinheiro da expedição e atualmente proprietário de Hotel na cidade de Redenção e único integrante vivo daquela jornada, relembra como foi esse processo:

Quando nós voltamos da mata para Conceição, o Dr. João falou pra nós: - “Olha! Eu já fiz os requerimentos pra vocês assinar; um pra você Ademar e outro pro Zé Bueno”. – Aí eu falei que não queria porque não tinha nenhum couro de queixada pra dar sapitôco em cima, e quando for na época de pagar essas terras eu não tenho dinheiro, e o senhor é que vai ter que pagar. Então ele disse: - “Você está sendo conhecido agora, mas eu estou vendo que você é gente boa, e, você vai trabalhar com nós. Você mais o Zé Bueno não vai depender de dinheiro. Vocês entram com o serviço, e nós entramos com o dinheiro. E nós vamos formar uma fazenda aí” – Depois, nós fomos na coletoria e assinamos os requerimento. Em 1962 saíram os títulos definitivos. Sessenta e quatro lotes de 900 alqueires.¹³

A comercialização da terra e a modificação nas relações de produção

Em 1960, João Lanari do Val deu início ao processo de abertura e demarcação das terras que futuramente iriam compor a fazenda Santa Tereza, pois os serviços de topografia, cartografia, demarcação, bem como a apresentação de um projeto de aproveitamento fundiário da terra, eram condições que os requerentes tinham de cumprir junto ao setor de terras do Governo do Pará, antes da emissão dos títulos definitivos da propriedade.

Em termos mais precisos, era o seguinte o processo das vendas de terras devolutas do Estado: inicialmente, no ato da requisição da compra das terras, o requerente apresentava um plano de aproveitamento fundiário e tinha até dois anos para cumprir 1/8 (um oitavo) deste plano, bem como demarcar a área pretendida. Ainda nesta fase inicial, denominada fase instrutória, o requerente tinha também que efetuar o pagamento para o estado do Pará, de um valor correspondente a 30% do valor fixado em tabela para cada gleba. Em seguida, o governo paraense solicitava uma autorização da assembléia legislativa estadual para negociar a área. Se durante a tramitação do processo, o requerente tivesse cumprido 1/8 do plano e efetuado os serviços de demarcação da área, bem como se a assembléia aprovasse o pedido, o requerente recolhia no Banco do Estado do Pará, os restantes 70% do valor dos lotes, e recebia os títulos definitivos da propriedade (ITERPA, 1981).

Na verdade, não era difícil se comprar as terras devolutas do Estado neste período, mas, era necessário ter algum capital. Não pelo preço das terras, que era insignificante, porém, pelo investimento que teria que se fazer em obras de abertura de picadas, topografia, demarcação, cartografia, despesas com impostos, taxas cartorárias, contratação de firmas prestadoras de serviços

topográficos, e outros mais. Só quem tinha algum capital disponível, poderia comprar alguma terra. Mesmo assim, no final da década de 1950 até meados da década seguinte, foram expedidos inúmeros títulos das terras estaduais.

Com a Belém-Brasília e depois a atração exercida pelo sudeste estadual, a febril procura de terrenos devolutos por baixo preço foi acolhida de forma surpreendente pelo poder público: até 1958, durante 35 anos, a Secretaria de Terras promovera a venda de apenas 384.000 ha; entre 1959 e 1963, vendeu mais títulos neste último período do que em todos os anteriores somados e elevou a área de cada título, de 165,5 ha para 3.584 há (SANTOS, 1978: 85-5).

De fato, a gleba padrão nesta época era de 4.356 hectares, equivalente a uma légua em quadra (a légua linear tem 6.600 metros), transformando-se o lote padrão para o alqueire goiano, que era a medida agrária empregada na região estudada. Obtém-se uma área de 900 alqueires por lote (o alqueire goiano tem 48 mil metros quadrados).

Estas considerações são importantes para que se possa avaliar a magnitude territorial que iria compor a fazenda Santa Tereza. Apesar de dispositivo legal não permitir a venda de mais de uma gleba para particulares, a requisição foi feita individualmente, com a utilização de nomes de parentes, amigos e empregados da fazenda, inclusive dos deputados federais à época, Ulisses Guimarães e João Pacheco Chaves, além de 20 menores, que, evidentemente pela legislação, não poderiam ter sido contemplados com o deferimento de seus títulos.¹⁴

Posteriormente, o empresário paulista, constituiu uma sociedade anônima, denominada Cia de Terras da Mata Geral, da qual se tornou acionista majoritário e quase que absoluto, e incorporou ao seu patrimônio 350 mil hectares das mais belas e produtivas regiões florestais do Araguaia paraense (CTMG, 1963). Na realidade, ele estava também comprando uma região onde quase 20 anos depois seria descoberta uma das maiores jazidas de ouro do país, o futuro garimpo de Cumarú. Desta maneira estava formado, ou melhor, estava titulado, o território que passou a se constituir no maior latifúndio nacional do Estado do Pará.

A propriedade titulada capitalista chegou à região, portanto, antes da frente de expansão que começava a se formar pela construção da Belém-Brasília. O capitalismo iria se desenvolver nos campos do Pau D'Arco, e os antigos criadores e camponeses que lá habitavam, por ele seriam absorvidos. A fazenda Santa Tereza iria começar os trabalhos de abertura e demarcação das matas do rio Arraias e Pau D'Arco e transformaria a natureza local. A terra se transformava em mercadoria.

O desenvolvimento da fronteira capitalista e a destruição da economia camponesa local

É a partir de 1960 que se verifica uma mudança radical na sociedade e na economia camponesa pastoril dos campos do Pau d'Arco. A vida para a população local continuava até o

começo daquele ano, a mesma de sempre. Todavia, a maioria das terras por onde costumavam erguer suas roças itinerantes, e, por onde pastava o gado, criado às soltas por entre os cerrados e as matas, já havia sido requisitada e estava por ser titulada. Os índios Caiapó-Gorotire que habitavam a mata geral, também mal desconfiavam que seu território iria virar nome de uma sociedade anônima que havia comprado quase todas as suas terras. Também suas reservas estavam ameaçadas.

Nesse período o local permanece ainda isolado em relação aos grandes mercados, embora o avião começasse a reduzir um pouco esse confinamento, pois, para dar início aos trabalhos de abertura da fazenda, os engenheiros e empregados da Santa Tereza construíram, no mesmo local onde na época áurea da borracha existiu o povoado de Solta, um campo de pouso para servir de apoio logístico de embarque e desembarque de produtos e mão-de-obra necessários para os trabalhos de implantação do empreendimento. Construiu-se, também, na cabeceira da pista, o escritório sede da fazenda, que passou a ser denominado de Lugar Escritório.

Concomitantemente, o término da construção da rodovia Belém-Brasília desencadeou uma corrida às terras marginais, que rapidamente se esgotavam. As atenções dos especuladores e das empresas começavam a voltar-se para o sudeste paraense. Muita terra ainda existia na região, mas, cerca de 10% das melhores terras do município de Conceição do Araguaia já pertenciam à fazenda Santa Tereza.

Os títulos definitivos iriam ser expedidos em 1962. Para tanto, as obras se aceleraram. A fazenda abriu pela primeira vez na história dos campos do Pau D'Arco, uma estrada rodoviária que os ligaria à sede do município. A velha trilha do Caiapó, e depois estrada boiadeira, era transformada em um atalho um pouco mais largo, que além de permitir o fluxo de veículos automotores, valorizaria sobremaneira as terras da fazenda e dos cerrados vizinhos.

Entre 1960 e 1963, a Cia de Terras da Mata Geral e outros especuladores paulistas já haviam comprado uma parcela significativa da área onde tempos depois se assentaria a pecuária capitalista dos empresários do centro-sul e o investimento que a fazenda Santa Tereza estava realizando, na verdade, era uma aplicação que visava fundamentalmente a valorização do preço das terras e da floresta, que passaram a compor o maior latifúndio nacional do Pará. Essa inversão era na realidade, um instrumento que viabilizaria a reprodução ampliada do capital da Santa Tereza em curtíssimo prazo, pois logo as empresas mais capitalizadas do país, passariam a demandar as terras do lugar, e, com o monopólio das melhores áreas pertencendo à primeira, esta estipularia preços aviltados por cada hectare negociado de seu latifúndio.

Ademais, após a queda do governo civil de 1964, o processo de aquisição das terras devolutas, tanto do Estado quanto da União, se tornou extremamente rígido, e como para se beneficiarem da política de incentivos fiscais da SUDAM, a partir de 1966, as empresas tinham que portar os títulos definitivos da propriedade, estas passaram a adquirir as terras tanto de especuladores e corretores de imóveis do centro-sul, quanto da Cia. de Terras da Mata Geral (Fazenda Santa Tereza).

É oportuno que se especifique como a Fazenda Santa Tereza destruiu o modo camponês pré-existente, dando início ao desenvolvimento do capitalismo na região estudada. O capital que até 1960 subordinava apenas formalmente os criadores pecuários do Pau d'Arco, passa, a partir de então, a

praticar uma dominação real. O ritmo do trabalho é agora ditado pelos objetivos do capital e da lei de acumulação capitalista.

Além disso, a apropriação das terras e pastos e a necessidade de utilização do dinheiro para aquisição dos produtos não fabricados pelos camponeses, como sal, querosene, fósforo e outros, subtrai dos criadores pastoris, as condições necessárias para produção de alimentos básicos de auto-consumo e de algum excedente, como carne seca e toucinho, que eram tradicionalmente comercializados. Com isso, o capital, via fazenda Santa Tereza, transformou grande parcela da mão-de-obra engajada anteriormente na economia pastoril de subsistência, em trabalhadores assalariados da fazenda capitalista.

Deste modo, na circunscrição titulada da futura região do município de Redenção, a fazenda Santa Tereza ao penetrar nos campos e na mata, destruiu o modo de produção camponês que a 70 anos ali estava instalado. O movimento expansionista pastoril, que desde o Brasil colônia havia povoado quase que todo o nordeste brasileiro e, no final do século XIX, atingiria seu limite ao penetrar na Amazônia Oriental, quando foi detido pela imensa floresta, teria, 400 anos depois, uma de suas ramificações destruídas.

Nesta região de campos e matas havia chegado o capital, e com ele chegavam também as mudanças no meio rural local. A fazenda Santa Tereza havia feito uma pista de aviação nos campos e outra na mata, a vinte quilômetros da primeira. Havia também demarcado alguns lotes e destruído a economia de subsistência que lhe antecederia.

A natureza estava sendo modificada e em 1962 saíam os títulos definitivos de 350 mil hectares das melhores terras localizadas na época no município de Conceição do Araguaia. Isto significava que a fazenda estava se apropriando de 17% do total da superfície daquele município, conforme pode ser visualizado na tabela 1. Depois da titulação definitiva das terras, a natureza iria passar a ser mercantilizada; formava-se a Cia. de Terras da Mata Geral que passava a constituir-se no maior latifúndio por dimensão do Estado do Pará.

TABELA 2

Estrutura Fundiária da Fazenda Santa Tereza – Redenção, 1979

Discriminação da Superfície	Área Total (ha) Absoluto	%
Fazenda Santa Tereza (Cia. de Terras da Mata Geral)	350.000	17.05
Município de Conceição do	2.051.920	100

Araguaia		
----------	--	--

Fonte: INCRA, 1979a e 1979b.

A Sudam e o maior latifúndio paulista no Pará

No período que vai de 1962, ano da titulação das terras da Fazenda Santa Tereza, até o ano de 1968, o movimento nos campos do Pau D'Arco, cessado os primeiros trabalhos de implantação da fazenda, não sofreu alterações significativas. Todavia, várias mudanças estavam se verificando, não só nas adjacências da área, mas também nas medidas políticas que viriam a ser adotadas para a ocupação da Amazônia.

O principal fator que levou o capitalismo a se desenvolver nos campos do Pau D'Arco, afóra a construção da Belém-Brasília, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Em 1966 seriam instalados os benefícios fiscais na Amazônia, mas a sua origem se situa antes de 1964 e fora da Região.

A 14 de dezembro de 1961 foi promulgada a Lei nº 3.995 que aprovava o I Plano Diretor da SUDENE. No seu artigo 34, permitia as pessoas jurídicas de capital 100% nacionais, a dedução de até 50% do seu imposto de renda para investimento em projetos industriais no Nordeste que fossem aprovados pela SUDENE. O mesmo benefício foi estendido à Amazônia pela Lei nº 4.216, de 06 de maio de 1963, quando ainda existia a SPVEA e não a SUDAM (criada em 1966). Pouco depois, a 27 de junho de 1963, através do artigo 18 da Lei nº 4.239, que aprovava o II Plano Diretor da SUDENE, os incentivos fiscais são estendidos para as empresas com capital estrangeiro, e para investimento tanto em projetos industriais como agrícolas.

Em 1º de Dezembro de 1965 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 18, que através do seu Artigo 27 estendeu à Amazônia todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação para a região nordeste. A 27 de outubro de 1966 foi criada a SUDAM pela Lei nº 5.173. Os incentivos fiscais passaram, doravante, a ser administrados pelo novo órgão, que ficou responsável pela aprovação dos projetos privados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia. Dentre os principais objetivos da SUDAM estavam:

1. *Dedução de 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas sediadas no país, para financiamento de projetos, aprovados pela SUDAM;*
2. *Isenção total ou redução de 50% do Imposto de Renda devido por 10 anos, para os empreendimentos instalados ou que viessem a se instalar até 31.12.1974;*
3. *Isenção de qualquer Imposto e taxas incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizassem na área de atuação da SUDAM;*
4. *Benefícios Estaduais e Municipais. (CNBB, 1977:57).*

Estava, portanto, altamente estimulada a ocupação econômica da Amazônia pelas grandes empresas industriais do centro dinâmico da formação social capitalista periférica brasileira. Após a criação da SUDAM e da política de incentivos fiscais ter sido estendida para a Amazônia e franqueada para investimentos no setor agropecuário, principalmente a partir de 1967, um expressivo número de fazendas e empresas rurais incentivadas pela SUDAM se instala na região dos campos do Pau d'Arco. Daí em diante, o movimento de implantação de empresas pecuárias na região ganha corpo e se expande rapidamente. Entretanto, o fluxo demográfico ainda não era muito significativo, pois as condições de acesso à região não eram satisfatórias.

Apesar de a fazenda Santa Tereza ter aberto uma pequena estrada até Conceição do Araguaia, a falta de conservação e manutenção, em razão das chuvas abundantes, não oferecia condições de tráfego para veículos automotores. Assim, as primeiras fazendas instaladas na área, utilizavam-se principalmente de aviões para o transporte de mercadorias e trabalhadores demandados pelos empreendimentos. O campesinato pastoril de subsistência que havia sido absorvido com as obras da Santa Tereza, não mais poderia fornecer a mão-de-obra necessária para as operações de derrubada, queima da mata, abertura de picadas demarcatórias e estradas vicinais de penetração na floresta, pois havia se diluído na formação capitalista dominante que ali havia penetrado. Ademais, seu contingente não era dos mais expressivos e a força de trabalho requisitada era muito elevada nesta fase inicial do desmatamento e formação de pastagens.

As empresas agropecuárias e os capitalistas de menor porte, passam então a se valer dos serviços do “gateiro”. O “gateiro” ou “gato”, responsabiliza-se pelo fornecimento do pessoal necessário para os serviços iniciais de implantação dos primeiros projetos da região do Pau D'Arco. A estrada, como já se disse, não apresentava boas condições de tráfego. Desta forma, os trabalhadores rurais empreitados, provenientes principalmente do Maranhão e Piauí, vinham de caminhão até Conceição, via Belém-Brasília, e desta eram transportados por avião até o campo de pouso localizado no Lugar Escritório.

A formação da frente pioneira e o nascimento de uma cidade na floresta

Redenção nasceria em 1969, mas a área que o futuro distrito abarcaria já estava desde meados da década de 60, praticamente quase toda titulada. A natureza estava sendo mercantilizada e a terra tinha se transformado em mercadoria. Os cerrados que formavam outrora pastos naturais dos criadores do Pau D'Arco e a floresta habitada pelos Caiapó-Gorotire, haviam deixado de ser um meio de produzir valores de uso dessas comunidades, para se transformar em valor de troca e meio de se produzir valores de troca.

A ocupação desta região de fronteira pelas empresas capitalistas do centro-sul do país e a intervenção pública facilitando este processo, era parte de um processo mais amplo de acumulação e concentração do capital, inclusive em termos espaciais. Os campos e matas do Araguaia paraense se apresentavam como novas oportunidades de investimento para o capital privado e, portanto, novas oportunidades para a valorização do capital empresarial através da expansão de atividades produtivas,

subsidiadas pelo Estado (através dos incentivos fiscais, venda das terras públicas a preços nominais, abertura da estrada de Conceição ao Lugar Escritório...), ou simplesmente em torno da especulação do valor da terra, que estava concentrada principalmente na grande propriedade da Fazenda Santa Tereza.

Porém, uma boa parcela das terras onde estava para surgir o povoado de Redenção, não tinha sido requisitada do governo paraense no mesmo período em que foram as da fazenda Santa Tereza. Dentre estas terras, estavam aquelas onde se localizam o campo de pouso que, inicialmente servia de ponto de apoio à primeira fazenda capitalista da região, e, posteriormente serviria também aos demais projetos agropecuários que passam ali a se localizar.

Esta área, conhecida pelos moradores do local pelo nome de Lugar Escritório, e onde atualmente assenta-se a cidade de Redenção, fazia parte de uma gleba de 900 alqueires (4.356 há), que foi requisitada para ser comprada do governo do Pará pelos bandeirantes modernos, o agrimensor goiano, Luis Vargas e o proprietário da fazenda Santa Tereza, João Lanari Duval.

Como na época em que foi solicitado o título provisório desta área, já havia o dispositivo constitucional que não permitia que o estado alienasse para particulares terras devolutas superiores a 3.000 ha, a solicitação de compra do lote foi desmembrada em duas áreas contíguas de 450 alqueires cada uma (2.178 ha). Além disso, como os requerentes já possuíam outras glebas na região, requisitadas em 1959, os títulos de propriedade foram emitidos em nome de suas respectivas esposas.

Em 1969, já tendo se tornado proprietário de uma das glebas, Luis Vargas loteou parte da mesma em terrenos urbanos para revende-los aos interessados. Daí nasceu o povoado de Redenção.

Portanto, o proprietário da área onde estava por surgir a vila de Redenção, era agrimensor da fazenda Santa Tereza e acostumado ao trato com matérias relacionadas à localização, demarcação, medição, cálculos de azimutes e coordenadas geográficas da terra, bem como ao trâmite a seguir para a obtenção do título definitivo das áreas devolutas do Estado.

Em meados de 1969, o movimento nos campos do Pau d'Arco não era ainda comparado ao que o lugar experimentaria a partir do ano seguinte. Todavia, os projetos agropecuários incentivados pela SUDAM cresciam mês a mês. O Lugar Escritório servia de apoio para os projetos, sendo ponto de embarque e desembarque das mercadorias e pessoas.

A estrada estadual que vinha de Conceição avançava, mas, só chegaria ali dois anos mais tarde. Entretanto, Redenção não esperaria pela sua chegada. Naquele mesmo ano emergiria por entre as matas do Araguaia Paraense.

O processo que desencadeou a formação da zona urbana do atual município de Redenção teve início em finais de 1969. Nesta época, Luis Vargas Dumont, o agrimensor da Fazenda Santa Tereza, retornava da sede da fazenda e iria seguir viagem para Goiânia. Antes de embarcar por via aérea do campo de pouso localizado no Lugar Escritório, distante 20 quilômetros da sede de Santa Tereza, e cuja propriedade lhe pertencia, resolveu pernoitar num canteiro de obras ali existente. As obras eram da abertura de uma estrada que demandaria a sede da fazenda Sangapoitã, um dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, nas margens do Rio Pau d'Arco.

Nesta noite, conversando com seu colega de profissão que comandava os trabalhos de abertura da estrada para a fazenda Sangapoitã, com este empreitou para que o mesmo demarcasse 30 lotes às

margens da pista de pouso do Lugar Escritório, e, se encarregasse dos serviços de corretagem caso houvesse comprador para alguns dos lotes.

Isto feito, seguiu viagem para Goiânia na manhã seguinte. Passados trinta dias, ao retornar para a sede da fazenda Santa Tereza, o agrimensor resolveu pousar no Lugar Escritório para saber se seu colega da Sangapoitã havia conseguido vender algum lote. Sua surpresa foi geral quando, antes do pequeno avião em que viajava pousar no Lugar Escritório de sua propriedade, avistou algumas casas construídas num dos lados da pista. Em suma, em menos de um mês, todos os trinta lotes haviam sido vendidos e a procura aumentava vertiginosamente, ao ponto de já se presenciar moradores não localizados à espera de novos lotes. Novos lotes foram cortados e vendidos simultaneamente.

Mas no começo da formação do povoado, praticamente, não havia um número significativo de pessoas nos campos do Pau d'Arco. O contingente populacional era basicamente formado pelos trabalhadores rurais dos projetos agropecuários que começavam a se implantar nas imediações. Tanto é assim, que foram os trabalhadores de fazenda Sangapoitã, que na época estavam abrindo uma estrada nas redondezas, os primeiros moradores do novo povoado.

Tão logo se ergueram as primeiras habitações no Lugar Escritório, também conhecido nas imediações por Boca da Mata, a notícia se espalhou por toda a região. Imediatamente começaram a chegar ao local, várias e várias famílias que, depois de comprarem seus terrenos, ou mesmo antes disso, se punham a construir suas rústicas moradias. Essas famílias eram principalmente aquelas em que um ou mais membros trabalhavam nas fazendas incentivadas pela SUDAM.

Porém, um ano depois, no princípio de 1971, o Departamento de Estradas de Rodagem do Pará, que tinha iniciado as obras da estrada proveniente de Conceição, em novembro de 1966, chegava finalmente com suas máquinas à Boca da Mata. Foi o suficiente para que o povoado, que já vinha crescendo gradativamente, crescesse da noite para o dia. Um movimento nunca havido antes nos campos do Pau d'Arco, nem mesmo comparável aquele existente no período da exploração da borracha, inicia a transformação do cenário local. Estava em andamento um processo acelerado de urbanização do meio rural local.

Redenção: De um simples vilarejo ao município mais desenvolvido do sul do Pará

A pista de pouso que originou Redenção, durante aproximadamente dez anos serviu de ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, tanto para a formação da fazenda Santa Tereza quanto dos projetos agropecuários que se instalaram nas proximidades.

Este pequeno aeroporto que subitamente passou a se constituir na primeira rua do novo povoado, seria o ponto de partida para o extraordinário crescimento que o local experimentaria nas décadas seguintes. Já no final de 1970, a população do lugarejo era de 767 pessoas, sendo 357 mulheres e 410 homens. Essa população era, ainda, essencialmente composta por famílias de trabalhadores rurais, engajados nos trabalhos de abertura das fazendas concernentes aos projetos agropecuários das redondezas.

Frei Henrique Marques da Silva rezou a primeira missa no lugarejo em finais de 1969, e a missionária francesa leiga, Paula Planchon, permaneceu no povoado durante os três primeiros anos de existência do mesmo, dando assistência religiosa aos moradores locais. O lugar passou a ter o último domingo de novembro como data anual da comemoração do padroeiro da cidade, o Cristo Redentor.

Em 1970, quando começava a ter um grande desenvolvimento, o futuro município de Redenção contava com os seguintes projetos agropecuários: BELCOM S.A., Fazenda Santa Ernestina, Fazenda Sanga-Poitã, Codespar, Bradesco, Pau D'Arco, Pastoril Conceição do Araguaia, Sul do Pará, Palmital e Fazenda Arraia-Porã (INCRA, 1979b).

A população registrada pelo IBGE como residente nestas fazendas, neste mesmo ano, era de 1.577 pessoas, as quais representavam, aproximadamente, 68% do total dos habitantes residentes na área, que a partir de 1975 passaria a ser denominada como distrito de Redenção, conforme os dados da Tabela 2.

Entretanto, devido à localização estratégica do povoado de Redenção e a conclusão da rodovia proveniente de Conceição do Araguaia em 1971, a zona urbana passou a receber um forte afluxo populacional que se intensificou ainda mais quando, em 1974, a rodovia PA-70 (atual PA-150), ligou o povoado com a cidade de Marabá e por consequência também com o nordeste brasileiro e a capital do Estado.

Os migrantes passam, então, a demandar a região através da Transamazônica, pela qual se deslocam até Marabá e desta, descem pela nova rodovia estadual para Redenção. Rapidamente a zona urbana toma feições de cidade. Uma linha de ônibus ligando Conceição do Araguaia com Belém é inaugurada em 1975 e Redenção passa a ser ponto obrigatório de parada dos coletivos. Neste ano o povoado é elevado à categoria de vila e simultaneamente o poder público cria o distrito de Redenção (Governo do Estado do Pará, 1975).

TABELA 3
Evolução Populacional de Redenção

Período	População			
	1970 (a)	1980 (b)	1991 (c)	2000 (d)
	767	12.680	44.944	59.531

Urbana	(33%)	(68%)	(80%)	(94%)
Rural	1.577 (67%)	5.984 (33%)	11.024 (20%)	3.666 (6%)
Total	2.344 (100%)	18.664 (100%)	55.968 (100%)	63.197 (100%)

Fonte: (a) IBGE, 1970; (b) IBGE, 1980; (c) e (d) SEPLAN (PA), 2003.

Por esta altura a vila já era bastante desenvolvida e a população continuava a aumentar dia a dia. Ainda neste mesmo ano de 1975, funda-se na vila uma agência bancária do maior complexo financeiro do país. É a presença do capital financeiro que atesta o extraordinário crescimento que a região experimentava.

Posteriormente, funda-se a maçonaria local, composta inicialmente por cerca de 40 membros, e que visa a elevação social e econômica de seus associados. O comércio intensifica-se e a diversificação da atividade terciária traz um novo alento aos moradores da vila. Além das primeiras tabernas improvisadas nas rústicas moradias, e da promiscuidade e violência da zona de prostituição, encontram-se vários estabelecimentos comerciais e boates altamente sofisticados.

A cidade possui ruas e avenidas largas e bem traçadas onde, ao lado das charretes puxadas a cavalo, observa-se um grande número de automóveis dos comerciantes e fazendeiros locais. Estes, via de regra, são veículos do último ano e para os quais existe na cidade uma boa infra-estrutura. Lojas de auto-peças, postos de gasolina, serviços de borracharia, oficinas mecânicas e elétricas para automotores e até mesmo auto-escola e despachante formam o conjunto dos estabelecimentos de apoio à manutenção e funcionamento dos veículos da região.

Com toda essa diversificação comercial e, conseqüentemente, com o rápido desenvolvimento das atividades urbanas, também a população cresceu vertiginosamente. De 767 habitantes residentes no lugarejo em 1970, a cidade de Redenção pulou em 1980 para 12.680 moradores, mais do que duplicando seu contingente inicial. O meio urbano passou, em termos populacionais, a predominar sobre o meio rural, representando 68% dos 18.664 habitantes de todo o distrito.

No princípio da década de 70, na área de Redenção, 67% da população residia nas fazendas que começavam a se implantar, mas, já no ano de 1980, ocorreu uma inversão desta situação, quando aproximadamente 68% do total da população do distrito residia na cidade. Na verdade, isto se deveu em parte à atração que a cidade da região de fronteira exerce sobre habitantes de outras regiões, principalmente pequenos comerciantes ou profissionais autônomos, que para lá se dirigiram procurando fugir da concorrência existente nas médias e grandes cidades onde residiam. Por outro lado, o meio rural não fixa a mão-de-obra migrante, uma vez que, devido a alta composição orgânica do capital das empresas agropecuárias ali implantadas, os empregos fixos gerados são insignificantes.

Além disso, o campesinato anteriormente instalado no local, foi compelido, de uma forma ou de outra, a abandonar sua propriedade e como a maioria não conseguisse se fixar na cidade adaptando-se ao novo estilo de vida, que contraria a tradição pastoril agrícola das populações antigas, estas migraram para regiões mais adiante na mata, acompanhando as novas aberturas das estradas.

Um morador de Redenção, remanescente da atividade pastoril de subsistência, e que no início da década de 1980 possuía um pequeno comércio de bebidas e gêneros alimentícios nos arredores da cidade, fornece mais claramente uma idéia do rápido crescimento do lugar, bem como as conseqüências advindas para os moradores mais antigos:

Em vista do que era isso aqui, hoje nós mora dentro de uma capital. Antes era melhor porque a gente tendo terra tem fartura. A gente tem o arroz, o milho, a gasolina, tem de tudo. Nós naquele tempo tínhamos de tudo. Hoje nós ainda tem o porco e a galinha, mas não dá pra criar aqui. Eles estão num chiqueirinho dum compadre, mas nós já vamos acabar com eles. Mas nós tendo a terra é muito superior. Eu se tivesse uma terra pra estar trabalhando, não estava aqui quieto não. Ficava só a mulher mais os meninos. Eu estava no serviço.

Em 1982, como conseqüência desse expressivo crescimento, a luta pela emancipação dessa frente pioneira amazônica, antiga aspiração das elites locais, seria vitoriosa, pois naquele ano o distrito foi desmembrado de Conceição do Araguaia, ganhando autonomia política e administrativa com a criação do município de Redenção.

No último quartel do século XX a tendência de crescimento apresentada na primeira década de existência da cidade se acentuaria ainda mais, pois, em 1991, o núcleo urbano possuía quase 45 mil habitantes, que representavam 80% da população municipal e no ano 2.000, 94% dos 63 mil habitantes do município, isto é, aproximadamente 60 mil pessoas, já moravam e desenvolviam alguma atividade na área urbana de Redenção (Tabela 2).

Em 1991, Redenção que já ocupava a 20a posição dentre os 105 municípios paraenses existentes naquele ano, foi um dos que mais se desenvolveram na última década do século, passando para o décimo lugar no ranking do índice de desenvolvimento humano referente aos 143 municípios do Estado em 2000. Atualmente Redenção é o município mais desenvolvido do sul do Pará e polariza a vida econômica e social da Região. (PNUD, 2003)

As atividades urbanas cresceram e se diversificaram. Instalaram-se inúmeros serviços modernos em quase todas as áreas. A educação municipal passou a contar, além da oferta de ensino do 1o e 2o graus, com uma escola agro técnica de referência regional e com um campus da universidade estadual. No meio rural, a pecuária moderna, a atividade madeireira e, nos últimos anos, a cultura aristocrática da soja, passaram a ocupar o território onde prevalecia a economia camponesa e são indicativos das grandes transformações induzidas 40 anos antes pelos modernos bandeirantes nessa área da Amazônia brasileira.

Considerações Finais

A análise do processo histórico da formação social da frente pioneira de Redenção, no sul do Pará, revela que tanto o ritmo do povoamento quanto as formas econômicas de se organizar a produção, derivantes dos processos migratórios para a região do Araguaia Paraense, sempre foram ditados pelo funcionamento da economia capitalista em escala mundial. Por conseqüência, em última instância, esta conformação demográfica e econômica, foi determinada pelas necessidades da reprodução do capital, quer das empresas localizadas nas formações capitalistas centrais – caso do “rush” da borracha da região -, quer daquelas sediadas no centro dinâmico da formação capitalista periférica brasileira.

Caracterizada como região de fronteira, isto é, uma região que até princípios dos anos 70, apresentava baixos índices demográficos e grande quantidade de terras com possibilidades potenciais de aproveitamento econômico, Redenção, que até meados dos anos 60 era uma área de campos e florestas praticamente inexplorada, hoje se apresenta como uma significativa frente pioneira da Amazônia Oriental.

Com a criação da SUDAM, em 1966, a área de Redenção passa a ser praticamente um distrito agropecuário destas empresas, as quais se utilizam dos incentivos fiscais e creditícios governamentais para ampliarem o seu montante capitalizado. Uma outra forma derivante deste processo, ocorrida na área, foi a aquisição de grandes glebas de terras com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente superiores, após a valorização das mesmas. Foi o caso de João Lanari Duval, que comprou mais de 300 mil hectares das terras devolutas do Pará e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado. Com um investimento inicial em alguma infra-estrutura, esse bandeirante moderno, pode, em pouco tempo, obter elevadíssimas taxas de retorno do capital investido, seja pela revenda da terra, seja pela atividade agro mineral derivante das empresas por ele criadas.

A área urbana de Redenção sempre serviu de ponto de apoio para as atividades que visavam em última instância, o aumento do estoque de capital da formação capitalista central, quer brasileira, quer estrangeira. Como sede urbana da frente pioneira capitalista da região, Redenção surgiu em 1969. Luis Vargas Dumont, proprietário das terras estrategicamente localizadas, antecipou-se à chegada dos migrantes e fundou o povoado. Loteou um pedaço de suas terras, instalou luz elétrica e elaborou um plano de crescimento. A população urbana passou de 767 para 60 mil habitantes no período 1970-2000. A cidade que inicialmente funcionou como ponto de apoio às atividades agropecuária e madeireira das fazendas e serrarias que se instalaram em suas proximidades, se modernizou e diversificou a oferta de produtos e serviços.

O próprio crescimento do núcleo urbano provocou a valorização das terras ao seu redor e, conseqüentemente, provocou a expulsão dos posseiros, que não possuíam a renda necessária para manter a terra em seu poder.

A terra pertinente à área estudada, primeiro era terra tribal, depois transformou-se em fronteira camponesa pastoril de subsistência, sendo esta dominante até a emergência dos primórdios da frente pioneira em 1960. Contudo, ali também predominou a empresa extrativista mercantil do caucho que, enquanto durou, subordinou mas não destruiu o modo de produção camponês que lhe antecedeu. A frente capitalista, ao contrário, desagregou e destruiu a forma camponesa de se organizar a produção. A ação do Estado, com o investimento em obras de infra-estrutura e concessão de incentivos fiscais e proteção explícita ou tácita ao capital, também contribuiu para a desagregação do campesinato.

Na região de Redenção a terra rapidamente foi titulada e se transformou em mercadoria. Os posseiros ainda existentes localizam-se distantes da zona urbana e certamente não conseguirão manter suas posses por muito tempo, pois a frente capitalista quando não se antecipa à frente camponesa, sucede a esta, despovoando a área ocupada, reconcentrando a propriedade fundiária e estabelecendo a pecuária capitalista que expulsa a mão-de-obra local.

NOTAS

1. A história pertinente a formação da Fazenda Santa Tereza está calcada em entrevistas realizadas com moradores de Redenção e que na época eram empregados da fazenda Santa Tereza. Dentre estes, ressalta o depoimento de um deles, que residia até 1959 no município goiano de Jussara e que era o cozinheiro da tropa que pela primeira vez adentrou na mata para fazer o reconhecimento das terras que um ano depois seriam adquiridas pelo industrial de São Paulo. Hoje ele é o único integrante da expedição pioneira e vive em Redenção onde possui um hotel.
2. Nessa época as viagens aéreas para Conceição do Araguaia eram operadas pela Companhia Cruzeiro do Sul.
3. Na verdade a floresta seria abatida para dar lugar à formação de fazendas que passaram a ser formadas em padrões criatórios diferentes daqueles predominantes na Amazônia até então, cuja cultura pastoril era de origem nordestina, passando a identificar-se com os das modernas fazendas dos Estados do centro-sul, com pastagens artificiais e rebanhos consideravelmente melhorados por cruzamentos (Moreira Neto, 1960:90).
4. Entrevista com Cássio Carvalho do Val, realizada na sede da Fazenda Santa Tereza, Redenção, em novembro de 2006.
5. Entrevista com José Ribamar Ferreira, realizada na Fazenda Triunfo, Redenção, em julho de 2007.

6. Entrevista com Ademar Guimarães, realizada no Hotel Guimarães, Redenção, em outubro de 2007.
7. Entrevista com José Ribamar Ferreira, *op. cit.*
8. Carlos Ribeiro também foi quem formou e vendeu a Fazenda Codespar, em 1963, para Nicolau Lunardelli. Ele adquiriu a Fazenda Santa Ernestina S/A que foi constituída através de assembléia realizada em Belém no dia 3 de maio de 1967, cujo estatuto aprovado nessa data foi registrado na Junta Comercial sob no 704/67 e publicado no DOE no dia 4 de maio de 1967. As terras da fazenda, no total de 13.068 há, eram de propriedade de fazendeiros paulistas que formaram uma empresa agropecuária para gozar dos incentivos fiscais, a Agro Pastoral Vale do Inajá S/A, que tinha sede no centro da cidade de São Paulo, à rua José Bonifácio 93, e que passou a ser a principal acionista da Fazenda Santa Ernestina S/A. A fazenda situada, a 33 km da sede da Fazenda Santa Tereza, previu no projeto a construção de uma estrada ligando as duas fazendas, e, como já existia ligação terrestre desta última até Conceição do Araguaia, estaria também conectada por terra a Goiás e o resto do país. Também previu-se preservar 50% da área para reserva florestal legal, construção de 160 km de cercas de arame farpado, 50 porteiras e 22 cochos para colocação do sal e ração para as 4 mil cabeças de gado nelore que seriam adquiridas para recria e engorda nos 6 mil há de pastos a serem formados. Além disso, já possuía um excelente campo de pouso e o projeto viabilizaria a aquisição de um avião Baron para apoiar os serviços administrativos e operacionais da empresa rural. (SUDAM, Projeto Incentivos Fiscais da Fazenda Santa Ernestina S/A). Ainda segundo o relatório daquela agência, a mesma foi beneficiada com incentivos fiscais no valor de 3,7 milhões de cruzados novos e seus diretores, Fernando e Arnaldo Simonsen, Benedito Sampaio Barros e José Edgard Cunha Bueno, eram pessoas com tradição no ramo da pecuária no sul do país. O projeto foi aprovado pelo Conselho Técnico da Sudam em 30 de junho de 1967, pois não havia ainda sido instituído o CONDEL. Após a aprovação do projeto o mesmo foi “revendido” pelos empresários paulistas detentores do imóvel para Carlos Ribeiro, que, juntamente com seus irmãos Pedro Ribeiro e João Ribeiro, passaram a ser os novos diretores da empresa (Sudam, 1967).
9. A Fazenda Santa Ernestina depois de ter sido vendida para empresários de São Paulo que formalizaram juridicamente uma empresa para obtenção dos incentivos fiscais da Sudam, foi recomprada por Carlos Ribeiro, provavelmente em função de o mesmo não dispor de currículo adequado como produtor rural para ter o projeto aprovado, utilizando-se desse artifício - de inserir empresários paulistas amigos seus como proprietários da mesma - somente para que pudesse ter a concessão dos benefícios fiscais do governo federal. Cf. (Sudam (1967); entrevista com José Ribamar Ferreira, *op. cit.*

10. Depoimento de Luiz Mendonça, ex-piloto civil que atuou na Amazônia e conheceu Carlos Ribeiro em 1974 na cidade de Redenção. Quando Luiz Mendonça o conheceu ele estava pilotando seu jatinho Citation - 1, fabricado pela Cessna Aircraft Company. Segundo o depoimento, “era uma belíssima aeronave e surpreendentemente, ele o operava com maestria na pequena velha pista de pouso de Redenção, naquela época, sem asfalto, piso irregular e extremamente curta para um jato, por menor que fosse. Infelizmente no ano de 1.976 ao decolar em um vôo sem escalas - Belém - São Paulo, aconteceu a fatalidade que o levou. Caíram na região do rio Capim, aí no Estado do Pará, em plena selva. Seguiam com ele o Sr. Oscar Thompson e um diretor da Volks-Wagen. Ao penetrar em chuvas pesadas, apagaram-se as duas turbinas em pleno vôo, o que o deixou sem os comandos da aeronave, que são acionados por sistema hidráulico, o qual depende do funcionamento dos motores para operar (Depoimento de Luiz Mendonça, abril de 2008).
11. A avó de João Lanari do Val, Francisca Carolina Monteiro da Silveira, foi uma das mais famosas e tradicionais proprietárias rurais da Região de Ribeirão Preto. O irmão de João Lanari, Cássio Lanari do Val, casou-se com a irmã de João Pacheco Chaves e foram sócios na indústria de auto-peças em São Paulo. Pacheco Chaves, foi deputado estadual por São Paulo e quatro vezes deputado federal pelo PSD, foi presidente honorário da Companhia de Terras da Mata Geral e ajudou muito na titulação junto ao governador Aurélio do Carmo. (Entrevista com Cássio Carvalho do Val, op.cit; Associação do Ex-alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz).
12. Menores de idade que receberam Títulos de Terra emitidos pelo Governo do Pará e os repassaram para a formação da Cia de Terras da Mata Geral: Miguel Francisco Pacheco e Chaves; Maria Christina Pacheco e Chaves; Mercedes Pacheco e Chaves; Manoel Victor de Mendonça; João dos Reis de Souza Dantas Filho; Anna Maria de Souza Dantas; Maria José Rebelo Carvalho; Carlos Rugênio Rebelo Carvalho; Gloria Chaves do Val; José Cássio Chaves do Val; Suzana Chaves do Val; João Eugênio Vieira Pacheco e Chaves; Gilda Rondon da Rocha Miranda; Rodolpho Rondon da Rocha Miranda; Isabel Rondon da Rocha Miranda; Celso Roberto da Rocha Miranda; Fernando Carvalho do Val; João Carvalho do Val e Cássio Carvalho do Val. (Fonte: Ata de Constituição da Companhia de Terras da Mata Geral. Diário Oficial do Pará, 9 de Fevereiro de 1963:9).
13. Entrevista concedida por Ademar Guimarães. Redenção, novembro de 1979.
14. A proibição de vendas de terras acima de 3 mil hectares, condicionando a operação à autorização do Senado Federal, é posterior a data em que as terras da área pesquisada foram compradas.

Referências

- CARVALHO, Horário Martins de. “A privatização das terras da Amazônia: (Relendo a (CPI da Terra)”. Revistas da Associação Regional dos Sociólogos. Nº 4. Belém: p. 79-111. 1979.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Pastoral da Terra. Posse e Conflitos. Estudos da CNBB-CEP. São Paulo: edições paulinas. 2ª edição. 1977.
- FERNANDES, Marcionila. Donos de Terras. Trajetórias da União Democrática Ruralista. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. “Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais”. In HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. Colonização para Quem? Belém: UFPA./NAEA, pp. 113-150. 1979.
- MARTINS, José de Souza. “Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica” in MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. (43-50)
- SANTOS, Roberto. A Economia do Estado do Pará. Belém: IDESP, Série Relatórios de Pesquisa 10. Belém: Governo do Estado do Pará, 1978.
- SILVA, Fábio Carlos da. Frentes Pioneiras e Campesinato na Amazônia Oriental Brasileira. Belém: NAEA/UFPA, 1982. (Dissertação de Mestrado)
- IANNI, Octávio. A luta pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. “A cultura pastoril do Pau D’arco”. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. nº 10. Nova Série, INPA, CNPq. (março) 1960.
- Os Pioneiros da ocupação da Amazônia. João Lanari do Val. Amazônia. Revista da Associação dos Empresários da Amazônia. Ano III, nº29, julho 1977b (15-19)

Nicolau Lunardelli. Amazônia. Revista da Associação dos Empresários da Amazônia. Ano III, nº25, março 1977a (27)

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

Relatórios e outros documentos

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR LUIZ DE QUEIROZ. Relação dos Ex-alunos. www.adealq.org.br/exalunos. Acesso em janeiro de 2007.

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL. Belém: Diário Oficial do Pará, 9 de Fevereiro de 1963:9

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Registro dos Títulos de Terra que constituem a Companhia de Terras da Mata Geral. Livro 3B, página 100, Registros 1026 e 1027. 13 e 16/10/1964.

CTMG. Ata de constituição da Companhia de Terras da Mata Geral. Diário Oficial do Pará, 9 de Fevereiro de 1963a, p. 9-13.

_____. Estatuto da Cia de Terras da Mata Geral. Belém: Cartório Queiroz Santos, Livro171, fls. 22-26, 1/02/1963b.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Lei nº 4.568 de 04 de junho de 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Caderneta do Pesquisador do Censo Demográfico de 1970 da Agência de Conceição do Araguaia. Conceição do Araguaia, 1970.

_____. **Sinopse Preliminar do Recenseamento Demográfico de 1980.**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.

Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela

SUDAM, no Estado do Pará. Vol. IV. Belém: Coordenadoria Regional do Norte, 1979a.

_____. Situação cadastral e tributária dos maiores imóveis rurais no Estado do Pará. Belém: Coordenadoria Regional do norte, Divisão de cadastro e Tributação, 1979b.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. “Lei Municipal nº 195”. Aprova os limites do Distrito de Redenção e dá outras providências. Conceição do Araguaia. Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, 23 de junho de 1975.

SEPLAN-PA. Dados Estatísticos do Município de Redenção. Belém: Diretoria de Estatística Estadual, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA – SUDAM. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Codespar S/A. Belém: Sudam, 1966a.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA – SUDAM. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Cia Agropecuária Nazareth S/A. Belém: Sudam, 1966b.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA – SUDAM. Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. Fazenda Santa Ernestina S/A. Belém: Sudam, 1967.

Entrevistas e Depoimentos

Cássio Carvalho do Val, realizada na sede da Fazenda Santa Tereza, Redenção, em agosto de 2006.

José Ribamar Ferreira, realizada na Fazenda Triunfo, Redenção, em julho de 2007.

Ademar Guimarães, realizadas no Hotel Guimarães, Redenção, em outubro de 2007 e novembro de 1979.

Luiz Mendonça. Depoimento enviado por correio eletrônico em maio de 2008.

**ANEXO 1 - PESSOAS QUE REQUERERAM OS TÍTULOS DE DOMÍNIO PLENO PARA
FORMAÇÃO DA CIA DE TERRAS DA MATA GERAL PERTENCENTE A JOÃO LANARI DO
VAL**

Nº Ordem	NOME	Lote	Nº T D	Data da Expedição
01	<i>João Carvalho do Val</i>	01	39	-
02	<i>João Lanari do Val</i>	02	47	-
03	<i>Cássio Carvalho do Val</i>	03	51	03.04.62
04	<i>Glória Chaves do Val</i>	04	17	04.04.62
05	<i>Suzana Chaves do Val</i>	05	31	04.04.62
06	Luiz Gonzaga Nakaya	06	68	03.04.62
07	<i>Fernando Carvalho do Val</i>	07	59	05.04.62
08	Fábio E. O. Carvalho	08	65	0304.62
09	<i>Cássio Lanari do Val</i>	09	76	04.04.62
10	<i>Maria de Nazaré Chaves do Val</i>	10	58	05.04.62
11	<i>José C. Chaves do Val</i>	11	04	03.04.62
12	Jorge Victor Mendonça	12	40	04.04.62
13	<i>Ruth Seng. Pacheco Chaves</i>	13	33	04.04.62
14	<i>Mercedes Pacheco Chaves</i>	17	63	05.04.62
15	<i>Fábio Lanari do Val</i>	19	66	03.04.62
16	Manoel J. Carvalho	18	63	03.04.62

17	<i>Alberto Astrolino Junior</i>	21	35	04.04.62
18	<i>Amaro Lanari do Val</i>	22	46	04.04.62
19	<i>Lourival Miranda</i>	24	72	03.04.62
20	<i>Antonio Alvarenga</i>	25	65	05.04.62
21	<i>Augusto Cincinato de Almeida Lima</i>	26	64	05.04.62
22	<i>João Pacheco e Chaves</i>	13	38	04.04.62
23	<i>José M. Lisboa Walter Seng</i>	27	44	04.04.62
24	<i>Perry Rosenstock</i>	28	64	05.04.62
25	<i>Jaime Ribeiro Serva</i>	29	50	04.04.62
26	<i>Paulo Correa Galvão</i>	30	52	04.04.62
27	<i>Ulisses Silveira Guimarães</i>	31	57	05.04.62
28	<i>Ida de Almeida Guimarães</i>	32	49	04.04.62
29	<i>Gilda Willensens Conceição</i>	33	56	05.04.62
30	<i>Antônio Carlos Conceição</i>	34	33	05.04.62
31	<i>Paulo de Breyne Silveira</i>	35	74	05.04.62
32	<i>Roberto de Breyne Silveira</i>	36	01	05.04.62
33	<i>Constantino de C. Fraga</i>	37	75	03.04.62
34	<i>Eileen Beatrice Paris</i>	38	15	04.04.62
35	<i>Eduardo Oliveira Assunção</i>	39	16	-
36	<i>Ruy Prado de Mendonça</i>	40	10	-
37	<i>José Ferreira Keffer</i>	41	09	-
38	<i>Maria de Lourdes Poly. Bastos</i>	42	11	-
39	<i>Otavio Giorgetti</i>	43	73	03.04.62
40	<i>Armando Amorim Klein</i>	44	32	04.04.62
41	<i>João dos R. S. Dantas</i>	45	43	-
42	<i>Maria Helena M. Guimarães S. Dantas</i>	46	79	-
43	<i>João Reis S. Dantas Filho</i>	47	41	-
44	<i>Anna Maria de S. Dantas</i>	48	55	-
45	<i>Antônio Luiz L. do Val</i>	49	34	04.04.62
46	<i>João Favrin Filho</i>	50	48	04.04.62
47	<i>Francisco de S. Dantas Neto</i>	51	71	-
48	<i>Mario de Matos Salazar</i>	52	07	-
49	<i>Maria José R. Carvalho</i>	53	13	-
50	<i>Maria Aparecida Oliveira</i>	55	62	03.04.62
51	<i>Maurício Roberto</i>	56	77	04.04.62
52	<i>Roberto Bayma A. da Silva</i>	57	24	-
53	<i>Jorge Mourão</i>	58	67	-
54	<i>Roberto Muniz Rondon</i>	59	70	-
55	<i>Celso Roberto R. de Miranda</i>	64	53	-

56	<i>M^a Luiza Rondon de Miranda</i>	65	69	-
57	<i>Rodolfo Rondon de Miranda</i>	67	67	04.04.62
58	Jorge Pacheco Chaves Filho	68	45	03.04.62
59	<i>João Eugenio Vieira Pacheco Chaves</i>	69	61	-
60	<i>Oswaldo Maia Penedo</i>	73	03	-
61	<i>José Bueno Cintra</i>	73	42	04.04.62
62	<i>Ademar Guimarães</i>	74	21	03.04.62
63	Ernani Lacerda de Oliveira	75	70	-
64	Elvídio Alipranda	76	18	-
65	<i>Hildebrando Vieira de Melo</i>	81	14	-
66	Fernado Cainbf Ariani	79	66	-
67	<i>Hélio Lage Uchoa Cavalcanti</i>	78	06	-
68	<i>Manoel Victor de Mendonça</i>	80	02	-
69	<i>Celso da Rocha Miranda</i>	66	20	03.04.62
70	Carlos E. Rebello Carvalho	54	19	03.04.62
71	<i>Plácido A. da Rocha Miranda</i>	60	78	04.04.62
72	<i>Ruth Maia Penedo</i>	72	36	04.04.62
73	Natal Rubens	77	37	04.04.62
74	Paulo Lanari do Val	82	69	03.04.62
75	<i>Miguel Francisco Pacheco Chaves</i>	-	-	-
76	<i>Maria Cristina Pacheco e Chaves</i>	-	-	-
77	Isabel Rondon da Rocha Miranda	-	-	-
78	<i>Ferrey Rosenstock</i>	-	-	-
79	<i>Antonio Gomes Machado</i>	-	-	-
80	<i>Gilda Rondon da Rocha Miranda</i>	-	-	-
81	<i>Carlos Eugênio Rebelo Carvalho</i>	-	-	-
82	<i>Maria José Rebelo Carvalho</i>	-	-	-
83	<i>Maria Luiza da Rocha Miranda Figueira de Melo</i>	-	-	-
84	<i>Renato Bayma Archer da Silva</i>	-	-	-
85	<i>Ana Mathilde Pacheco e Chaves</i>	-	-	-
86	<i>Reginaldo Xavier de Carvalho</i>	-	-	-

Lotes Requeridos: 86; Área por lote 4.356 ha; Total Requerido 374.616

Títulos Expedidos 80 Área por título 4.356 ha; Total Titulado 348.480

Fontes: Getat, citado por Fernandes, 1999 (167-169); CTMG (1963).

* Revisão feita pelo Autor